





ESTADO DE SERGIPE  
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGARTO

**DECRETO N.º 051/2009**  
**DE 17 DE NOVEMBRO DE 2009**

**DECRETA:**

**Art. 1º.** Ficam regulamentadas, por meio deste Decreto, as normas e procedimentos para a realização de licitação na modalidade Pregão, sob sua forma presencial, no âmbito da Administração Pública Municipal, qualquer que seja o valor estimado da contratação.

**Art. 2º.** O Pregão é a modalidade de licitação, do tipo menor preço, para a aquisição de bens e serviços comuns, em que a disputa é feita em sessão pública, presencialmente, por meio de propostas de preços escritas e lances verbais.

**Art. 3º.** Os contratos celebrados pela Administração Pública Municipal, para a aquisição de bens e serviços comuns, devem ser precedidos, prioritariamente, de licitação pública, preferencialmente na modalidade de Pregão, sob a forma presencial, que se destina a garantir, por meio de disputa justa entre os interessados, a compra mais econômica, segura e eficiente.

**Parágrafo único.** Consideram-se bens e serviços comuns, para fins deste Decreto, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos em edital, de acordo com as especificações usuais praticadas no mercado, podendo ser adotado, para fins de parâmetro e orientação, o Anexo II do Decreto (Federal) n.º 3.555, de 08 de agosto de 2000, e posteriores alterações.

**Art. 4º.** A licitação na modalidade Pregão é juridicamente condicionada aos princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento



ESTADO DE SERGIPE  
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGARTO

**DECRETO N.º 051/2009**  
**DE 17 DE NOVEMBRO DE 2009**

convocatório, do julgamento objetivo, bem assim aos princípios correlatos da celeridade, finalidade, razoabilidade, proporcionalidade, competitividade, justo preço, seletividade e comparação objetiva das propostas.

**Parágrafo único.** As normas disciplinadoras da licitação, na modalidade Pregão, devem ser sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

**Art. 5º.** A licitação na modalidade de Pregão não se aplica às contratações de obras e serviços de engenharia, bem como às locações imobiliárias e alienações em geral, que devem ser regidas pela Lei (Federal) n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, e alterações posteriores, observadas as correspondentes legislações específicas.

**Art. 6º.** Todos quantos participem de licitação na modalidade de Pregão têm direito público subjetivo à fiel observância do procedimento estabelecido neste Decreto, podendo qualquer interessado acompanhar o seu desenvolvimento, desde que não interfira de modo a perturbar ou impedir a realização dos trabalhos.

**Art. 7º.** Ao Prefeito Municipal, ou à Autoridade Competente, de acordo com as atribuições a si designadas, cabe:

- I – autorizar e determinar a abertura de licitação;
- II - decidir os recursos contra atos do Pregoeiro;
- III – homologar o resultado da licitação e promover a celebração do contrato.



ESTADO DE SERGIPE  
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGARTO

**DECRETO N.º 051/2009**  
**DE 17 DE NOVEMBRO DE 2009**

**Art. 8º.** O(s) Pregoeiro(s), e respectiva Equipe de Apoio, devem ser designados por ato do Prefeito Municipal.

§ 1º. Somente pode atuar como Pregoeiro servidor do Município, ocupante de cargo efetivo ou comissionado.

§ 2º. As atribuições do Pregoeiro, dentre outras que se fizerem necessárias, incluem:

- I – a abertura da sessão pública;
- II – o credenciamento dos interessados;
- III – o recebimento dos envelopes das propostas de preços e da documentação de habilitação;
- IV – a abertura dos envelopes das propostas de preços, o seu exame e a classificação dos proponentes;
- V – a condução dos procedimentos relativos aos lances e à escolha da proposta ou do lance de menor preço e a negociação com vistas à sua redução;
- VI – a adjudicação da proposta de menor preço, após análise da documentação de habilitação;
- VII – a elaboração de ata;
- VIII – a condução dos trabalhos da Equipe de Apoio;
- IX – o recebimento, o exame e a instrução sobre recursos e encaminhamento à autoridade superior para decisão e posterior adjudicação e homologação;



ESTADO DE SERGIPE  
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGARTO

**DECRETO N.º 051/2009**  
**DE 17 DE NOVEMBRO DE 2009**

X – o encaminhamento do processo devidamente instruído, após a adjudicação, à autoridade superior, visando a homologação e a contratação, no caso de não haver recursos.

§ 3º. A Equipe de Apoio deve ser integrada, em sua maioria, por servidores ocupantes de cargo efetivo ou emprego da Administração, preferencialmente pertencentes ao quadro permanente do órgão ou da entidade promotora do Pregão, para prestar a necessária assistência ao Pregoeiro.

§ 4º. Além da Equipe de Apoio, dependendo da complexidade e peculiaridade das especificações do objeto, pode ser convidado técnico do Município responsável pelas especificações adotadas, no intuito de auxiliar no certame na análise de propostas e documentos.

Art. 9º. A fase interna ou preparatória do Pregão deve observar as seguintes regras:

I – a definição do objeto, que deve ser precisa, suficiente e clara, vedadas especificações que, por excessivas, irrelevantes ou desnecessárias, limitem ou frustrem a competição ou a realização do fornecimento, devendo estar refletida no termo de referência;

II – o termo de referência, que é o documento que deve conter elementos capazes de propiciar a avaliação do custo pela Administração, diante de orçamento detalhado, considerando os preços praticados no mercado, mediante pesquisa, a forma e o prazo de execução do contrato;

III – a justificativa da necessidade da aquisição ou contratação;



ESTADO DE SERGIPE  
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGARTO

**DECRETO N.º 051/2009**  
**DE 17 DE NOVEMBRO DE 2009**

IV – o estabelecimento dos critérios de aceitação das propostas, as exigências de habilitação, as sanções administrativas aplicáveis por inadimplemento e as cláusulas do contrato, inclusive com fixação dos prazos e das demais condições essenciais para o fornecimento;

V – a indicação da disponibilidade de recursos orçamentários, com as respectivas rubricas e o cronograma de desembolso, quando for o caso;

VI – a adoção, para julgamento das propostas, do critério menor preço, observados os prazos máximos para fornecimento, as especificações técnicas e os parâmetros mínimos de desempenho e de qualidade e as demais condições definidas no edital;

VII – a designação, pela Autoridade Competente, do Pregoeiro responsável e respectiva Equipe de Apoio;

VIII – a análise e aprovação das minutas do edital, e de contrato, se houver, pelo órgão de assessoramento jurídico;

IX – a autorização da abertura da licitação pela Autoridade Competente.

**Parágrafo único.** No caso de prestação de serviços, o termo de referência deve conter, ainda, a descrição dos serviços a serem executados, prazo, forma e condições de execução e demais elementos capazes de influenciar no preço a ser ofertado.

**Art. 10.** A fase externa do Pregão deve ser iniciada com a convocação dos interessados, com observância das seguintes regras:



ESTADO DE SERGIPE  
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGARTO

**DECRETO N.º 051/2009**  
**DE 17 DE NOVEMBRO DE 2009**

I – a convocação dos interessados deve ser efetuada por meio de divulgação de aviso do Edital do Pregão, em função dos seguintes limites e formas:

a) para bens e serviços de valores estimados em até R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais):

- 1. publicação no Diário Oficial do Estado;
- 2. afixação no Quadro de Avisos na sede da Prefeitura Municipal;

b) para bens e serviços de valores estimados acima de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais):

- 1. publicação no Diário Oficial do Estado;
- 2. publicação em jornal de grande circulação no Estado;
- 3. afixação no Quadro de Avisos na sede da Prefeitura Municipal;

II – do aviso publicado deve constar definição precisa, suficiente e clara do objeto, bem como a indicação dos locais, dias e horários em que pode ser lida ou obtida a íntegra do edital, e o local onde deve ser realizada a sessão pública do Pregão;

III – o prazo para apresentação das propostas não deve ser inferior a 08 (oito) dias úteis, contados a partir da publicação do aviso;

IV – no dia, hora e local designados no edital, deve ser realizada sessão pública para recebimento das propostas e da documentação de habilitação, devendo o interessado ou seu representante legal proceder ao respectivo credenciamento,



ESTADO DE SERGIPE  
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGARTO

**DECRETO N.º 051/2009**  
**DE 17 DE NOVEMBRO DE 2009**

comprovando, se for o caso, possuir os necessários poderes para formulação de lances verbais e para a prática de todos os demais atos inerentes ao certame;

V – aberta a sessão, os interessados, ou seus representantes legais, devem entregar ao Pregoeiro declaração dando ciência de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação e, em envelopes separados, a proposta de preços e a documentação de habilitação;

VI – o Pregoeiro deve proceder à abertura dos envelopes contendo as propostas de preços, desclassificando aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos de especificação exigidos no edital, mediante fundamentação e registro em ata;

VII – das propostas remanescentes, o Pregoeiro deve classificar, em ordem crescente de valor, a proposta de menor preço e aqueles que tenham apresentado propostas em valores sucessivos e superiores em até 10% (dez por cento), relativamente à de menor preço, para participação da etapa de lances;

VIII – quando não forem verificadas, no mínimo, 03 (três) propostas escritas de preços nas condições definidas no inciso anterior, o Pregoeiro deve classificar as melhores propostas subseqüentes, até o máximo de 03 (três), para que seus autores participem dos lances verbais, quaisquer que sejam os preços oferecidos nas propostas escritas;

IX – em caso de empate das propostas, na hipótese do inciso anterior, todos os proponentes com o mesmo preço devem ser convidados a participar dos lances verbais, promovendo-se sorteio entre os mesmos para se definir a ordem dos lances;





ESTADO DE SERGIPE  
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGARTO

**DECRETO N.º 051/2009**  
**DE 17 DE NOVEMBRO DE 2009**

X – em seguida, deve ser iniciada a etapa de apresentação de lances verbais pelos proponentes, que devem ser formulados de forma sucessiva, em valores distintos e inferiores à proposta de menor preço;

XI – o Pregoeiro deve convidar individualmente os licitantes classificados, de forma seqüencial, a apresentar lances verbais, a partir do autor da proposta classificada de maior preço e os demais, em ordem decrescente de valor, decidindo-se, por meio de sorteio, no caso de empate de propostas;

XII – a ausência do representante credenciado ou a desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo Pregoeiro, implica na exclusão do licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante, para efeito de ordenação das propostas;

XIII – caso não se realizem lances verbais, deve ser verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado para a contratação;

XIV – quando comparecer, apenas, um único licitante, ou houver uma única proposta válida, cabe ao Pregoeiro verificar a aceitabilidade do preço ofertado;

XV – declarada encerrada a etapa competitiva e ordenadas na forma crescente de valor as propostas, o Pregoeiro deve examinar a aceitabilidade da primeira classificada, quanto ao valor, decidindo, motivadamente, a respeito;

XVI – sendo aceitável a proposta de menor preço, deve ser aberto o envelope contendo a documentação de habilitação do licitante que a tiver formulado, para confirmação das suas condições habilitatórias, com base na documentação exigida para habilitação no Edital;



ESTADO DE SERGIPE  
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGARTO

**DECRETO N.º 051/2009**  
**DE 17 DE NOVEMBRO DE 2009**

XVII – constatado o atendimento das exigências fixadas no edital, o licitante deve ser declarado vencedor, sendo-lhe adjudicado o objeto do certame, no caso de não haver recursos;

XVIII – se o licitante desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro deve passar à oferta subsequente, verificando a habilitação do proponente, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor e a ele adjudicado o objeto do certame, no caso de não haver recursos;

XIX – nas situações previstas nos incisos XIII, XIV, XV e XVIII, do “caput” deste artigo, o Pregoeiro pode negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor;

XX – a manifestação da intenção de interpor recurso deve ser feita no final da sessão, depois de declarado o vencedor, de forma imediata e motivada, com registro em ata da síntese das suas razões, podendo os interessados juntar memoriais no prazo de 03 (três) dias úteis, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contra-razões em igual número de dias, que começam a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos;

XXI – a falta de manifestação imediata e motivada do licitante inconformado com o resultado após a declaração do vencedor, na sessão, importa na decadência do direito de recurso e a adjudicação do objeto da licitação, pelo Pregoeiro, ao licitante vencedor, encaminhando o processo para homologação pela Autoridade Competente;

XXII – o recurso contra decisão do Pregoeiro tem efeito suspensivo;



ESTADO DE SERGIPE  
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGARTO

**DECRETO N.º 051/2009**  
**DE 17 DE NOVEMBRO DE 2009**

XXIII – o acolhimento de recurso importa na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento;

XXIV – decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a Autoridade Competente deve adjudicar o objeto do Pregão ao licitante vencedor e homologar o procedimento licitatório;

XXV – homologada a licitação, o adjudicatário deve ser convocado a assinar o termo de contrato, ou retirar o instrumento equivalente, no prazo definido em edital e respeitado o prazo de validade da proposta, sendo condição para celebração do contrato, ou instrumento equivalente, que o licitante vencedor deva manter as mesmas condições de habilitação;

XXVI – o prazo de validade das propostas deve ser de 60 (sessenta) dias, se outro não estiver fixado no edital;

XXVII – quando o adjudicatário, convocado dentro do prazo de sua proposta, não apresentar situação regular, ou recusar-se a assinar contrato, retirar ou aceitar o instrumento equivalente, deve ser convocado outro licitante, observada a ordem de classificação, para celebrar o contrato, retirar ou aceitar o instrumento equivalente, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções legais cabíveis, observado o disposto nos incisos XVIII e XIX do “caput” deste artigo;

XXVIII – o resultado final do Pregão deve ser divulgado no Quadro de Avisos da sede da Prefeitura Municipal, com indicação da modalidade, número de ordem e série anual, do objeto, do valor total e do licitante vencedor;

XXIX – após a celebração do contrato, os envelopes contendo a documentação de habilitação dos demais proponentes



ESTADO DE SERGIPE  
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGARTO

**DECRETO N.º 051/2009**  
**DE 17 DE NOVEMBRO DE 2009**

devem ficar à disposição para a retirada pelo prazo de 15 (quinze) dias, após o que devem ser inutilizados.

**Parágrafo único.** Em quaisquer dos casos podem, ainda, ser utilizadas outras formas de divulgação, como meio eletrônico, através de sítio oficial da Prefeitura Municipal na internet, jornais de circulação regional ou nacional e quadro de avisos da Câmara Municipal, sempre que a Administração entender pertinente.

**Art. 11.** Até 03 (três) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa pode solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do Pregão.

§ 1º. A petição deve ser dirigida ao Pregoeiro, que sobre ela deve decidir no prazo de 02 (dois) dias úteis.

§ 2º. Acolhida a petição contra o ato convocatório, deve ser reaberto prazo e designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração no Edital não afetar a formulação das propostas.

§ 3º. Havendo alteração no Edital e dispensada a necessidade de sua republicação, na forma do § 2º deste artigo, deve ser dado conhecimento às interessadas em participar do Pregão, que já tenham retirado o Edital, acerca das alterações, mediante contato telefônico, lavrando-se, na ocasião, certidão da comunicação efetuada, fac-símile ou meio eletrônico (*e-mail*).

**Art. 12.** Para habilitação dos licitantes, deve ser exigida, exclusivamente, a documentação prevista na legislação geral para a Administração, relativa à:

I – habilitação jurídica;



ESTADO DE SERGIPE  
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGARTO

**DECRETO N.º 051/2009**  
**DE 17 DE NOVEMBRO DE 2009**


II – qualificação técnica;

III – qualificação econômico-financeira;

IV – regularidade fiscal;

V – cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, e na Lei (Federal) n.º 9.854, de 27 de outubro de 1999.

**Parágrafo único.** A Administração não se obriga à exigência de toda a documentação descrita neste artigo, devendo verificar, caso a caso, somente aquelas indispensáveis ao cumprimento das obrigações decorrentes do contrato que se pretende celebrar.

**Art. 13.** O licitante que ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantidos o direito prévio da citação e da ampla defesa, fica impedido de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo das demais disposições previstas no art. 7º da Lei (Federal) n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, e multas estabelecidas em Edital e no Contrato. 

**Art. 14.** É vedada a exigência de:

I – garantia de proposta; 

II – aquisição do edital pelos licitantes, como condição para participação no certame;





ESTADO DE SERGIPE  
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGARTO

**DECRETO N.º 051/2009**  
**DE 17 DE NOVEMBRO DE 2009**

III – pagamento de taxas e emolumentos, salvo os referentes a fornecimento do edital, que não devem ser superiores ao custo de sua reprodução gráfica, e aos custos de utilização de recursos de tecnologia da informação, quando for o caso.

**Art. 15.** Quando permitida a participação de empresas estrangeiras na licitação, as exigências de habilitação devem ser atendidas mediante documentos equivalentes, autenticados pelos respectivos consulados e traduzidos por tradutor juramentado.

**Parágrafo único.** O licitante deve ter procurador residente e domiciliado no País, com poderes para receber citação, intimação e responder administrativa e judicialmente por seus atos, juntando os instrumentos de mandato com os documentos de habilitação.

**Art. 16.** Quando permitida a participação de empresas reunidas em consórcio, devem ser observadas as normas estabelecidas no artigo 33 da Lei (Federal) n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, e alterações posteriores.

**Art. 17.** A Autoridade Competente para determinar a contratação pode revogar a licitação em face de razões de interesse público, derivadas de fato superveniente, ou desconhecido à época da abertura do certame, devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante ato escrito e fundamentado.

**§ 1º.** A anulação do procedimento licitatório induz à do contrato.



ESTADO DE SERGIPE  
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGARTO

**DECRETO N.º 051/2009**  
**DE 17 DE NOVEMBRO DE 2009**

§ 2º. Os licitantes não têm direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do contratado de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do contrato.

**Art. 18.** Nenhum contrato deve ser celebrado sem a efetiva disponibilidade de recursos orçamentários para pagamento dos encargos, dele decorrentes, no exercício financeiro em curso.

**Art. 19.** O extrato dos contratos celebrados decorrentes da modalidade Pregão, e seus aditamentos, devem ser publicados na forma e prazos previstos no parágrafo único do artigo 61 da Lei (Federal) n.º 8.666, de 21 de junho de 1993.

**Art. 20.** Os atos essenciais do Pregão, inclusive os decorrentes de meios eletrônicos, devem ser documentados ou juntados no respectivo processo, cronologicamente, cada qual oportunamente, compreendendo, sem prejuízo de outros necessários, todos aqueles praticados nas fases preparatória e externa do Pregão e após a celebração do contrato.

**Art. 21.** Compete ao Prefeito Municipal estabelecer normas e orientações complementares, que se façam necessárias, sobre a aplicação deste Decreto e proceder à atualização dos valores fixados em seu art. 10.

**Art. 22.** O Pregão é regido pela Lei (Federal) n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, e regulamentado, em sua forma presencial, no Município de Lagarto, por este Decreto, aplicando-se, subsidiariamente, as disposições da Lei (Federal) n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, e posteriores alterações.

**Art. 23.** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.





ESTADO DE SERGIPE  
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGARTO

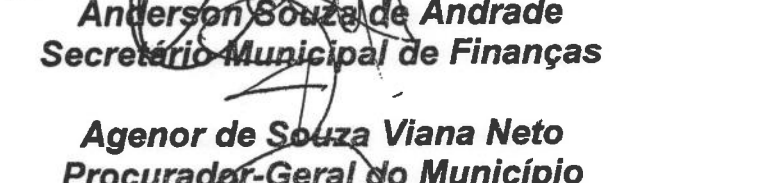
**DECRETO N.º 051/2009**  
**DE 17 DE NOVEMBRO DE 2009**

**Art. 24.** Revogam-se as disposições em contrário.

Lagarto, 17 de novembro de 2009; 188º da  
Independência e 121º da República.

  
**JOSÉ VALMIR MONTEIRO**  
**PREFEITO MUNICIPAL**

  
**Ismar dos Santos Viana**  
**Secretário Municipal da Administração**

  
**Anderson Souza de Andrade**  
**Secretário Municipal de Finanças**

  
**Agenor de Souza Viana Neto**  
**Procurador-Geral do Município**

  
**Alissandra dos Reis Monteiro**  
**Secretária-Chefe da Controladoria-Geral do Município**

  
**Jorge Ribeiro Prata**  
**Secretário-Chefe do Gabinete do Prefeito**